



**EXCELENTÍSSIMO PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
ARAPUTANGA, SENHORITA CRISTINA MARIA DE LIMA**

*Referência: Contrarrazões ao Recurso administrativo da empresa Ferreira & Cia Ltda.*

***Tomada de Preço Nº 012/2023***

A empresa **R. S. DE SOUZA**, CNPJ 49.733.160/0001-39, situada na **10 R GETULIO VARGAS**, nº S/N, bairro **CENTRO**, cidade de **INDIAVAÍ- MT**, por seu representante legal o Sr. **RODRIGO SOARES DE SOUZA**, CPF 050.167.121-82, RG 22000852 – nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 c/c o inciso XVIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao recurso apresentado pela empresa Ferreira e Cia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 23.920.055/0001-15, com sede a Avenida Historiador Rubens de Mendonça nº 1856, Bosque da Saúde, Cuiabá-MT, a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 012/2023 com objeto; Contratação de Pessoa Jurídica para Execução da Obra de Construção de Portal de Entrada da Cidade no Município de Araputanga/MT, conforme Contrato de Repasse nº 914521/2021/MTUR/CAIXA, tendo em vista que a Tomada de Preços nº 002/2023, foi rescindida por descumprimento contratual da empresa vencedora, pelos fatos especificados a seguir;

**1. SÍNTESE DOS FATOS**

- Conforme consta da ata de sessão pública datada de 20/12/2023, a ora Recorrida foi devidamente habilitada no mencionado procedimento.
- Com a habilitação após a análise dos documentos de credenciamento, manteve-se no aguardo dos pareceres para dar continuidade no processo.
- Ocorre que a concorrente que se manifesta na condição de Recorrente, interpôs recurso administrativo com a finalidade de desqualificar a habilitação da Recorrida, com pedido de provimento do recurso para que a administração reconsidere a decisão de habilitação da Recorrida, sob infundada alegação da legislação e do edital.

**2- DA INVERÍDICA FUNDAMENTAÇÃO APRESENTADA PELA  
RECORRENTE.**

Afirma a Recorrente que decidiu pleitear a inabilitação da Recorrida, pelos seguintes fundamentos de fato:

**III – DO DIREITO**

**III.I – DA AUSÊNCIA DE ATO CONSTITUTIVO E ALTERAÇÕES  
SUBSEQUENTES, OU CONTRATO CONSOLIDADO.**

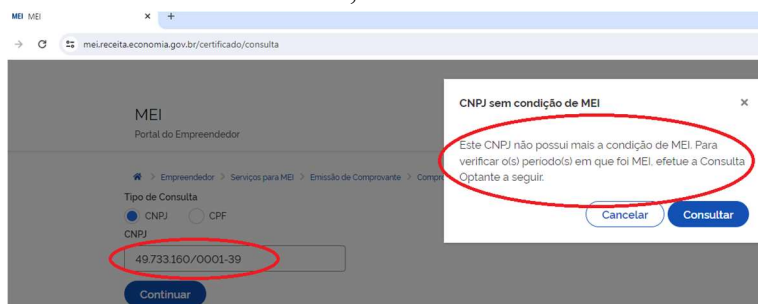
Como fundamento de direito, para indevidamente alegar irregularidade relacionada ao ALTERAÇÃO CONTRATUAL sob o número 2730820, apresentado, transcreve a Recorrente o que consta do item 9.1.2 do Edital, que, assim estipula:

#### **9.1.2. Habilitação Jurídica:**

c) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

A inabilitação da Recorrente, com o devido respeito, é decisão que importará em violação de normas, princípios e procedimentos racionais do processo licitatório, como demonstraremos adiante;

A empresa **R. S. DE SOUZA**, CNPJ 49.733.160/0001-39, não apresentou o requerimento de **CCMEI**, por se tratar de um ‘**EI**’ (**EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**), ou seja, **NÃO POSSUI CONTRATO SOCIAL** e sim **REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO** onde o mesmo não é consolidado igual um **CONTRATO SOCIAL** onde se consolida uma sociedade e ele realizou apenas uma alteração de porte de MEI para ME continuando como ‘**EI**’ (**EMPRESÁRIO INDIVIDUAL**), Ainda assim também o **CCMEI** passa a ser extinto, existindo apenas o **REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL** vigente e devidamente registrado na (**JUCEMAT – Junta Comercial Do Estado De Mato Grosso**), em anexo segue a consulta junto ao portal MEI onde foi realizada, mostrando a inexistência do antigo certificado **CCMEI** o tornando um documento **INEXISTENTE**;



Assim sendo, resta evidente que a ficção de pessoa jurídica constituída anteriormente (MEI), não existe mais, razão pela qual, aquele ato constitutivo inicial também não possui o condão de produzir qualquer efeito no plano jurídico, uma vez que a empresa não subsiste mais, tratando-se, portanto, de um documento sem qualquer valor frente ao atual cenário da empresa recorrida.

Portanto, o documento apto/suficiente para comprovar a fundação e a existência da empresa **R. S. DE SOUZA** é exatamente a alteração contratual apresentada, tendo em vista que a referida alteração versou sobre a transformação/criação da empresa com um novo tipo societário (ME), tornando sem efeito o ato constitutivo anterior que dava origem a empresa como "MEI". Desta forma, dada a peculiaridade do caso, o referido documento pode e deve ser considerado (por analogia) como contrato de alteração consolidado.

# **Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993**

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e cor Administração Pública e dá outras providências.

**Art. 28.** A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Vale ainda salientar que foi questionado em sessão para pregoeira sobre a falta do “contrato de constituição da empresa”, onde a pregoeira já observou que no requerimento e demais documentos apresentados contém todas as informações necessárias para a sua habilitação jurídica.

A empresa recorrente também fez uma avaliação infundada na documentação;

**38. Urge salientar que a alteração de endereço em um contrato social acarreta a necessidade de alteração de diversos outros documentos como Certidão de Débitos Gerais e Alvará Sanitários, que também foram apresentados com o endereço que consta no penúltimo contrato social[15], ou seja, as documentações apresentadas estão em desacordo com a versão mais recente do contrato social da empresa representante.**

E vale observar e apontar que analisando a cláusula sexta que trata do capital social onde demonstra o quadro financeiro e patrimonial aportado na empresa pelos sócios no contrato social da empresa Recorrente, diante de uma análise técnica contábil e consulta perante ao órgão competente (JUCEMAT – Junta Comercial do Estado de Mato Grosso), este contrato encontra-se em desacordo conforme código civil e a INDREI 81 anexo IV como pode-se verificar que as totalizações das cotas e valores em reais não batem a somatória do quadro com a respectiva descrição de cotas da cláusula sexta, conforme segue abaixo:

## CAPITAL SOCIAL

### CLÁUSULA SEXTA

O capital social subscrito é de R\$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais) dividido em 140.000 (cento e quarenta mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR EM REAIS
RAFAELA DA LUZ RONDON	40.000	R\$- 40.000,00
DAVI HOFFMANN FERREIRA	40.000	R\$- 40.000,00
OSCAR DAVID FERREIRA	60.000	R\$- 60.000,00
TOTALIZANDO	100.000	R\$- 100.000,00



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso  
Certifico registro sob o nº 2493676 em 07/03/2022 da Empresa FERREIRA & CIA LTDA EPP, CNPJ 23920055000115 e protocolo 220259895 - 04/03/2022. Autenticação: 584E0291238EAD34674C082C2ABCAC5C27CAE1. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 22/025.989-5 e o código de segurança vEHD Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/03/2022 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

*Julio Frederico Muller Neto*  
SECRETÁRIO-GERAL  
pág. 7/12





**DA SOLICITAÇÃO:**

- 3- Em que preze o zelo e o empenho desta digníssima pregoeira e sua equipe de apoio, em guardar o caráter isonômico do procedimento, respeitando os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Administrativa, e da Supremacia do Poder Público, entendemos, com toda vênia, que a habilitação da empresa RECORRIDA, ocorreu dentro dos princípios legais da licitação, e que assim deverá permanecer, conforme exaustivamente demonstrado nestas Contrarrazões.
- 4- E, diante de todo o exposto requer a V. Sas. O conhecimento da presente peça recursal, para julgá-la totalmente procedente, dando, assim, continuidade ao procedimento licitatório, respeitando o princípio da legalidade.
- 5- Não sendo este o entendimento de V. Sas. Requer sejam os autos remetidos á autoridade superior competente, para que, após análise dos mesmos, defira o presente pedido, dando seguimento ao processo licitatório.

Estes são termos em que pede deferimento.

Indiavaí-MT, 30 de janeiro de 2024.

---

**R. S. DE SOUZA**  
CNPJ 49.733.160/0001-39  
**GERCINO FERREIRA ALMANDES**  
**CRC/MT 017782/O-2**  
CONTADOR / PROCURADOR